



Audiência Pública - Cota de Gênero, Violência Política de Gênero e Canais de Denúncia - Limoeiro

>>[Mestre de Cerimônia]: Senhoras e senhores boa noite. Daremos início à audiência pública sobre o tema: "Cota de gênero, violência política de gênero e canais de denúncia ". Pedimos a todas as pessoas presentes que ocupem os seus lugares e solicitamos a gentileza de manterem os seus celulares no modo silencioso.

Compõem a mesa de honra S. Exas. As Senhoras e os senhores: Presidente do TRE de Pernambuco, o Desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

[Aplausos].

Vice-Presidente e corregedor regional eleitoral, Desembargador Cândido Saraiva.

[Aplausos].

Desembargador eleitoral e ouvidor regional eleitoral, Dr. Carlos Gil Rodrigues filho.

[Aplausos]

Desembargador eleitoral, Dr. Humberto Vasconcelos Júnior.

[Aplausos]

Ouidora do Ministério Público de Pernambuco, Dra. Lizandra Lira de Carvalho.

[Aplausos]

Juiz eleitoral de bom jardim e de João Alfredo, Dr. Ailton Gonçalves da Silva.

[Aplausos]

Presidente da OAB subseção Limoeiro, doutor Jucelino Ferreira.

[Aplausos]

Presidente da autarquia de ensino superior de Limoeiro, Matilde Marques Cavalcanti.

[Aplausos]

E secretária da mulher de Limoeiro, Denise Ramos.

[Aplausos]

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades, S. Exas., as Senhoras e os senhores:

José Zózimo de Albuquerque Oliveira, vereador de Limoeiro.

[Aplausos].

Amauri da Silva França, vereador de feira nova.

[Aplausos].

Aline Santiago, representando a Câmara de vereadores de João Alfredo.

[Aplausos]

Maria da Conceição Gomes da Silva, assistente social, representando o fórum das mulheres do agreste.

[Aplausos]



Marcos Sérgio Barbosa da Silva, vereador de Limoeiro.

[Aplausos]

Inicialmente, daremos alguns avisos importantes, para os quais pedimos a atenção de todas e todos: Para registro de presença, contamos com uma equipe de credenciamento na entrada do auditório, além de cartazes com QR Codes para a leitura pelo celular.

Além dos QR Codes para registro de presença, haverá outros contendo:

A apresentação elaborada pela Ouvidoria do TRE de Pernambuco e o acesso aos relatórios que embasaram os dados;

A inscrição para a exposição oral para as pessoas que ainda não fizeram. Lembrando que os pedidos serão analisados pelo ouvidor, mediante o tempo disponível;.

E, por fim, um QR Code para envio de elogios, sugestão ou reclamações sobre o evento.

Será enviado, por e-mail, o certificado de participação com a carga horária do evento até o dia 22 de março.

Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo canal oficial do TRE no YouTube e ficará disponível após o evento. O registro de participação estará disponível através do link no próprio canal.

Para conhecimento de todas e todos, este projeto está fundamentado nos objetivos de desenvolvimento sustentável nº 5: Igualdade de gênero e nº 16, paz, justiça e instituições eficazes, da organização das Nações Unidas e nos marco desafios da Justiça Eleitoral estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

1 - garantia dos direitos fundamentais;.

2 - fortalecimento da relação interinstitucional do judiciário com a sociedade e 3- enfrentamento aos ilícitos eleitorais. E para a abertura do evento tem a palavra o Presidente do TRE, o Desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

>>[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Boa noite a todos e todas. Eu inicio cumprimentando os componentes da mesa nas pessoas do Vice-Presidente do TRE, Desembargador Cândido Saraiva e do nosso ouvidor, Desembargador eleitoral Carlos Gil Rodrigues filho. Peço licença a todas e todos para dirigir um cumprimento especial às mulheres presentes nesta audiência pública e agradecer a presença de vocês. Momentos como este ajudam a fortalecer uma luta que não só é das mulheres, mas, de toda a sociedade. Além de refletir sobre a ampliação da participação feminina nos espaços de poder. Gostaria de aproveitar este momento para homenagear todas as professoras e educadoras por quê?

Porque é graças ao esforço, tenacidade e sensibilidade delas, na nossa formação, que estamos aqui hoje debatendo um tema tão importante para a sociedade. E, certamente, elas serão peças fundamentais para construirmos um ambiente mais



inclusivo e acolhedor para as mulheres na vida pública. Elas, as professoras e educadoras, merecem nossas homenagens. Palmas para elas.

[Aplausos].

A jornalista e ativista norte-americana glória Stein cunhou uma frase poderosa, que é muito apropriada para um dia como o de hoje, disse ela, prestem bem atenção jovens que estão aqui! Disse ela: "A melhor maneira de cultivar a coragem em nossas filhas e outras jovens é pelo exemplo. Se elas virem suas mães e outras mulheres em suas vidas indo em frente, apesar do medo, elas saberão que é possível ". A mensagem não podia ser mais direta, mas, a realidade, infelizmente, não nos favorece. Apesar de termos avançado, ainda somos muito carentes de lideranças e referências femininas. Isso não se deve à audiência, ausência de líderes mulheres, mas, ao fato de não criarmos mecanismos para que estas lideranças cresçam e fruto fiquem. Um dos termômetros dessa carência está na baixa participação feminina na política brasileira. Temos mais da metade do eleitorado formado por mulheres, mas, a participação delas nos cargos eletivos é muito pequena. As mulheres ocupam... em torno de 15% das vagas no nosso parlamento. E, aproximadamente, 13% dos cargos executivos. A violência política de gênero e a utilização de candidaturas femininas fictícias, inscritas apenas para cumprir numericamente a cota legal de 30% de candidaturas de gênero são alguns fatores determinantes para esse índice tão baixo.

Como podemos mudar esta realidade?

Não há resposta fácil, nem uma solução pronta.

Esta audiência pública sobre cota de gênero, violência política de gênero e canais de denúncia se propõe a discutir meios que certamente nos ajudarão e nos ajudarão a enfrentar esse quadro. Sempre tendo como objetivo garantir a todas e todos condições equânimes de participação na vida pública. Muito me honra, me orgulha e me alegra estar hoje aqui como Presidente, participando deste ato e vivenciando este momento. Estou convicto de que estamos aqui buscando construir um futuro mais igualitário para todas e para todos. Aqui eu chamo alguém importante para vocês, acredito que seja muito importante porque é quem pode trazer a força, a coragem para que vocês possam reagir a esse quadro. Temos que ter coragem! Que nossa senhora da apresentação, padroeira de Limoeiro e São Sebastião, padroeiro da cidade, nos inspire na nossa jornada. Desejo um excelente debate e muito obrigado pela atenção das Senhoras e dos senhores.

[Aplausos].

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos... e registramos.

>>[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Devolvo a palavra ao cerimonial que me atropelou, está vendo?

>>[Mestre de Cerimônia]: Pois não, Presidente. Registramos e agradecemos as palavras, agradecemos as palavras do Presidente e registramos a presença do Vice-



Prefeito de Limoeiro, representando o Prefeito de Limoeiro, José Barbosa do rego neto.

[Aplausos].

Cristiane da Silva Barbosa, Presidente do PT de Limoeiro.

[Aplausos].

E Célio de Andrade Borges, Secretário do desenvolvimento econômico, representando o Prefeito de bom jardim.

[Aplausos]

E dando continuidade, tem a palavra o ouvidor regional eleitoral, Dr. Carlos Gil Rodrigues filho.

>>[Des. Carlos Gil Rodrigues Filho]: Boa noite, boa noite. Eu peço licença ao Presidente do TRE de Pernambuco, Desembargador Adalberto de Oliveira Melo, um homem muito sábio, que já presidiu, inclusive, o Tribunal de Justiça do nosso estado para cumprimentar todas as pessoas na pessoa do doutor Jucelino Ferreira, Presidente da OAB de Limoeiro. Não sei se os senhores aqui conhecem, as Senhoras conhecem a história do doutor Juscelino, mas, até os 18 anos de idade não sabia o que era comer uma pizza, isso é verdade.

E... está aqui um líder natural, Juscelino. Ele que é formado em contabilidade, administração e direito, coincidentemente, também são os três cursos nos quais o nosso Presidente é formado. Então, em seu nome, Juscelino, eu cumprimento a todos. Senhoras e senhores, é com satisfação que estamos reunidos para que, em união de esforços, tratemos de um tema tão importante para a sociedade, conseqüentemente, para a Justiça Eleitoral em uma postura preventiva adotada pelo Tribunal. A violência contra a mulher dentre as inúmeras formas de se apresentar, também se faz no contexto eleitoral quando se impõe condutas com o objetivo de excluir ou de restringir atuações no campo político e, por meio da Ouvidoria, o TRE já colocou à disposição canais de denúncia para qualquer pessoa, inclusive, de forma anônima, para o encaminhamento ao Ministério Público, de fatos também relacionados ao assunto. Nós temos até termo de cooperação para isso firmado entre o Tribunal e o Ministério Público numa atuação conjunta no enfrentamento dessa violência política. Esse tema é expressamente tratado na lei das eleições, a lei 9504, em seu art. 10, parágrafo 3º. E esse dispositivo, ele não deixa dúvidas de que a finalidade da lei é assegurar o patamar mínimo de candidaturas femininas numa busca pela correção da histórica deficiência da participação das mulheres na vida política do país. De forma que a Justiça Eleitoral vai acompanhar a formação de cada uma das chapas neste ano eleitoral. Qualquer indício de fraude acompanhado de outros elementos probatórios poderá ensejar o reconhecimento de candidaturas fictícias, laranjas. Então, trazer



candidatas não sinceras, fazendo-se existir só para constar, tem feito com que chapas proporcionais inteiras venham a ser cassadas, claro, desde que seja comprovada a fraude, mas, em prejuízo inclusive de candidaturas que se fizeram de forma legítima porque essas também são cassadas.

Os processos de fraude à cota, apreciados pelo colegiado do Tribunal trazem as mais variadas situações, seja na forma econômica ou no modelo estrutural e os indícios podem ser verificados de muitas formas, conforme painel, não sei se é possível... conforme painel. Então, são mulheres com votação zerada ou pífia; com ausência de atos de campanha em redes sociais ou de forma presencial; inexistência de propaganda impressa; pedido de voto para outro candidato. É difícil conceber isso. Parentesco com outro candidato para o mesmo cargo; ausência de recebimento de recursos públicos pelo partido ou distribuição que prioriza as candidaturas masculinas em detrimento das femininas; ausência de movimentação de recursos na campanha; não prestação de contas ou prestação de contas zerada; menor ou nenhum tempo de propaganda conferido às candidatas mulheres, entre tantos outros. Mas, é importante é muito salutar também registrar que a presença de um indício desse não leva a um juízo de certeza no reconhecimento de fraude, mas, sim, o conjunto de alguns deles. Não é só o âmbito do TRE de Pernambuco que a jurisprudência vem se uniformizando. Outros tribunais eleitorais vem sedimentando os seus entendimentos, inclusive, o próprio Tribunal Superior Eleitoral que é muito rigoroso com o assunto. E agora o STF está, está possibilitando declarar inelegibilidade ao dirigente partidário cuja chapa tiver sido, tiver sido reconhecida como fictícia, claro, desde que ele tenha responsabilidade quanto a isso. Então, por outro lado, por mais que nessa ocasião estejamos a fomentar uma ação afirmativa de incentivo à participação das mulheres na política, há os casos em que as próprias mulheres compactuam com cenário fraudulentos. É importante reconhecer isso.

São hipóteses em que elas aceitam se candidatar, por vezes, vislumbrando um benefício econômico, uma vantagem indireta. Quem não sabe disso?

O Tribunal tem prestado atenção nessa coparticipação e trabalhado para que as providências recaia am sobre todos os envolvidos. A questão é essa: Inserir mulheres dentro de grupos indefesos autoriza a intervenção da Justiça Eleitoral com vistas a um tratamento que as coloque em situação paritária em relação aos homens. Naturalmente, prestamos muita atenção nas alegações e provas em sentido diverso para que não se decida de forma injusta. Eu concluo dizendo que não se busca vantagem para certo gênero, se busca igualdade de condições, paridade de armas, uma disputa realmente igualitária, nada além disso. É por isso que hoje estamos aqui, para ouvir, para promover o tema e direcionar os partidos políticos, os candidatos, as candidatas e atestar que a elas será conferida muita atenção por parte do Tribunal, por parte da Justiça Eleitoral, para que essas mulheres passem a ter identidade política. Muito obrigado.



[Aplausos].

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras do Dr. Carlos Gil e, na sequência, tem a palavra a ouvidora do Ministério Público de Pernambuco, Dra. Lizandra Lira de Carvalho.

>>[Dra. Lizandra Lira de Carvalho]: Boa noite. Gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, o Desembargador Adalberto de Oliveira Melo. Meus cumprimentos também a todos os senhores e a todas as Senhoras que nos prestigiam hoje à noite e se encontram aqui presentes para participar de tão importante discussão. Foi com alegria que recebi o convite do ouvidor, Desembargador do TRE, para participar dessa iniciativa que já é bastante exitosa. Temos juntos percorrido várias cidades deste estado para discutir um tema de grande relevância não só para as eleições municipais deste ano mas para a efetivação da democracia. E por que o Ministério Público de Pernambuco se encontra aqui presente através da sua Ouvidoria? No início, quando fizeram o cadastramento, acredito que todos e todas tiveram a oportunidade de receber este folheto com os nossos canais para registro de comunicações. Estamos aqui não só para divulgar esses canais que podem ser usados para o cadastramento de qualquer demanda de atribuição do Ministério Público quer seja envolvendo questões de saúde, de medicamento, de consumidor, educação, meio ambiente mas, principalmente, nesta noite, para tratar de um tema que é inovador nessas eleições municipais. Serão as primeiras eleições municipais em que teremos já a aplicação do art. 326 B, do código eleitoral, que trata justamente do crime de violência política de gênero. Ele foi introduzido por uma lei de 2021 e estas são as primeiras eleições municipais em que pode vir a ser aplicado. Tenham certeza que a iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral é no sentido de conscientizar a população de justamente exercer esse papel educativo e, ao mesmo tempo, preventivo. No entanto, se aqui em Limoeiro os senhores e as Senhoras vierem a tomar conhecimento da prática desse crime, do qual vamos conversar daqui a pouco, poderão fazer a sua manifestação para a Ouvidoria do TRE ou para a Ouvidoria do Ministério Público. E essa manifestação será encaminhada aos promotores e às promotoras eleitorais.

O que diz o art. 326 B, do código eleitoral?

Diz que é crime assediar, constranger, humilhar, perseguir, ameaçar candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo. E essa ameaça, esse assédio, essa perseguição, humilhação, pode se dar por qualquer meio, ou seja, verbo verbalmente, por escrito, pela internet, por gestos, através de redes sociais, desde que seja utilizado de menosprezo, de discriminação à condição de mulher, à raça, a cor, etnia. E, com a finalidade específica: É preciso, para que se configure o crime, que haja o intuito de impedir ou de dificultar a campanha da candidata ou o desempenho do mandato



eletivo da vereadora, da prefeita, ou seja, tanto no âmbito municipal como no âmbito estadual ou mesmo federal. E quem pode vir a praticar esse tipo de crime?

Qualquer pessoa. Ou seja, uma mulher também pode ser autora desse delito em relação a uma candidata ou em relação a uma detentora de mandato eletivo. Ele pode, como foi dito, ser praticado de qualquer forma e tem ainda a pena aumentada se essa mulher for gestante, tiver alguma deficiência ou for maior de 60 anos.

E o que seria, na prática? Na prática, poderiam ser as ameaças por palavras ou gestos, a interrupção frequente da fala de uma candidata, por exemplo. A desqualificação dessa candidata, por exemplo, indicando que ela não possui qualquer competência para vir a ser eleita e desempenhar aquele mandato; pode ser uma violação da intimidade da mulher, divulgando fotos íntimas, dados pessoais, e-mails, inclusive, no caso de montagem, não precisa nem ser algo necessariamente verídico. Também pode configurar o crime uma difamação, ou seja, a divulgação de fato ofensivo à reputação da candidata ou da detentora do mandato eletivo. O caso, daquelas já eleitas, que de repente são questionadas sobre sua aparência física, sobre aspectos da vida privada, que são excluídas de debates, de comissões e assim por diante.

Então, espero que os cidadãos e as cidadãs aqui de Limoeiro estejam atentos e atentas que todos aqui presentes possam ser multiplicadores dessas informações e que tenhamos, nesta noite, uma discussão bastante proveitosa. Muito obrigada.

[Aplausos].

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras da Dra. Lizandra. Convidamos, o Desembargador Cândido Saraiva, Vice-Presidente e corregedor regional eleitoral.

>>[Des. Cândido Saraiva]: Boa noite a todos, é uma imensa alegria estar aqui em Limoeiro, uma cidade tão pujante e tão agradável.

Me parece oportuno, Presidente, quebrar um pouco o protocolo, nós estamos aqui para incentivar a participação feminina na política e na vida, de maneira geral, e essa quebra de protocolo eu desejo fazê-la para cumprimentar as pessoas, toda a plateia, essa distinta plateia na pessoa da Dra. Lizandra Carvalho, Dra. Valéria, a nossa grande... Gabi, são sinônimos da participação feminina na vida, de maneira geral. E para elas eu peço uma salva de palmas.

[Aplausos].

É importante incentivar a participação feminina na política. Nós temos que desejar que isso aconteça para garantir que as mulheres, de maneira geral, sejam ouvidas em todas as esferas da sociedade e que possamos criar um ambiente político mais inclusivo e diversificado. Então, eu gostaria também de acrescentar e registrar, com muita ênfase, é o esforço da nossa Ouvidoria na pessoa do Desembargador Carlos Gil, que tem se desdobrado em disseminar e trazer essa homenagem, essa



homenagem, esse apoio às mulheres e contando com o apoio muito presente e muito efetivo e que viabiliza em nome do Desembargador Presidente, Desembargador Adalberto é ele que possibilita que essas mensagens sejam trazidas. Nós estamos aqui também e, principalmente, para ouvir a mensagem de vocês, da sociedade os seus problemas, as suas visões e esperar que esse momento possa reverberar na mente e no coração de todos para que a mulher, efetivamente, a condição feminina seja enaltecida e prestigiada. Muito obrigado. Boa noite.

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos palavras do Desembargador Cândido Saraiva. E convidamos para a manifestação oral a vereadora do município de Limoeiro, Zélia Maria Barbosa Marques.

[Aplausos].

[Zélia Maria Barbosa Marques]:

Obrigada. Boa noite a todos e a todas! Em tempo eu gostaria de saudar a mesa em nome do doutor Juscelino, Presidente da OAB. Eu gostaria de saudar as demais autoridades. Gostaria de saudar todas as mulheres em nome de Matilde e Denise. Eu gostaria de saudar as demais mulheres, dizer a todos que aqui estão presentes que é uma satisfação imensa hoje recebermos essa audiência aqui em nossa cidade até pelo fato de esclarecimento, como mulher, né, que sou vereadora aqui da cidade de Limoeiro, e gostaria de agradecer muito. Porque, na verdade, as mulheres precisam ainda ter um incentivo muito grande, muito forte na política. Enfim, apesar de tudo, ainda temos, ainda somos discriminados. Ainda tem ainda discriminações. E a gente precisa, na verdade, desse incentivo, desse apoio e desse esclarecimento para que possa valer, nós, mulheres, possamos fazer valer os nossos direitos. Isso é muito importante para a nossa sociedade. Então, eu quero parabenizar a todos, ao TRE, por essa audiência, desejar as boas vindas a todos que aqui estão presentes e dizer que nós, principalmente as mulheres, nós mulheres somos fortes sim e podemos enfrentar esse desafio. Quantas mulheres já se tem na política.

Já... esse tabu já foi um pouco quebrado.

Mas, nem tudo ainda precisamos de muito apoio e de muito esforço para que possamos ter uma política diferente, de forma diferente e mais saudável, né? Sem preconceitos.

A democracia é, enfim, ela existe é pra isso. Boa noite a todos.

E, quero desejar as boas vindas e, mais uma vez, agradecer aqui ao TRE. Obrigada.

[Aplausos].

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras da Zélia Maria Barbosa Marques.



E convidamos o Desembargador eleitoral... Desembargador Humberto Vasconcelos Júnior.

>>[Dr. Humberto Vasconcelos Junior]: Boa noite!

>> Boa noite.

>>[Dr. Humberto Vasconcelos Junior]: Ratifico os cumprimentos da mesa e vou fazer um breve contexto aqui da imensa importância que tem para o Tribunal a oportunidade que foi trazida pelo Desembargador Carlos Gil e trazer os ouvidos do Tribunal para esta casa de educação que concentra parcela significativa da população desta região. A nossa preocupação, enquanto Tribunal Regional Eleitoral, de ouvi-los, é a preocupação de criar um tecido de prevenção e proteção para que a gente conquiste uma igualdade que já é um grito que vem ecoando há pelo menos 50 mil anos, a presença do homem na terra, dizem alguns, que vai de 400 mil anos atrás, mas, os mais, os mais objetivos números nos lançam há 50 mil anos.

E, nessa caminhada evolutiva do homem, nós praticamente jogamos fora muitos ensinamentos que já nos foram trazidos. Vou destacar aqui: Da lei mosaica. Vou evoluir para o pensamento filosófico com Sócrates, Platão, Aristóteles. Depois, para a presença do mestre Jesus. E, até aí, nós parece que não demos ouvidos a esses ensinamentos. Mergulhamos na chamada idade média, onde a opressão, onde o feudalismo, onde os cruzados, onde a escravidão se tornaram evidentes. Até que, 200 anos depois que superamos a idade média, lá no séc. XVIII, veio o momento de razão com o Iluminismo, onde nós começamos a construir, de fato, um pensamento de acolhimento e de igualdade, liberdade, fraternidade, raciocínio, tolerância entre os homens, governos que fossem constitucionais, enfim, grito por liberdade. Mas, infelizmente, mesmo com o advento do Iluminismo em todas as suas expressões culturais, artísticas, científicas, filosóficas, o homem mais uma vez derrapou na curva e iniciou o que desembocou na primeira grande guerra de 1914 a 1918, como diz o matuto: Mal satisfeito com isso, ingressou na segunda grande guerra de 1939 a 1945, num desespero pelo conviver, não é? O homem se desalinhou todinho e no final da segunda grande guerra a humanidade resolveu se reunir para fazer uma carta de direitos dos homens que foi feita uma em 45 e, depois, uma declaração universal de direitos humanos. Por que é que eu dei essa volta e esse contexto histórico todo?

Porque, nessa declaração universal de direitos humanos, está lá escrito no art. 1º: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. E aí é o grande grito de igualdade. Nós vivemos colocando adjetivos no substantivo igualdade e a gente encontra gritos por igualdade de gênero, por igualdade de etnia, por igualdade de condição social, por igualdade, independente das condições religiosas ou das origens geográficas de cada ser quando, na verdade, a gente deve se recordar que igualdade é um substantivo e que homem passou 50 mil anos, talvez, sem entender a substância vigorosa que esse substantivo tem: Todos



nós somos iguais em dignidade e em direitos. Agora, mais modernamente, o nosso Tribunal tem enfrentado uma avalanche de discussões judiciais, jurisdicionais, processuais é... no sentido de lutar pela igualdade de gênero na política. Quando, na verdade, esse substantivo igualdade ultrapassa os limites dos adjetivos e o nosso Tribunal luta por igualdade. Desembargador Carlos Gil trouxe os uva ouvidos do Tribunal junto com ele o Presidente, o Vice-Presidente, o Ministério Público do estado, não é, e todos os senhores aqui presentes para que esse conceito possa entrar na mente e no coração de cada um de nós e que nós possamos universalizar o conceito de igualdade vencendo até os atavismos culturais, os dis sensos da cultura porque tem cultura que pensa diferente de outra, tem classe que pensa diferente de outra e universalizando esse conceito nós interanaliseemos, dentro de cada um de nós, que somos efetivamente iguais. Existe um rogo ativa que eu faço que é um ator mais importante dessa história que é a própria pessoa da mulher. Todos nós estamos imbuídos da tarefa de promover igualdade e precisamos que todas as mulheres desse município, dessa zona eleitoral, desta região também se incorporem ao nosso esforço porque se elas, naturalmente, fizerem o papel da denúncia que precisa ser feita, fizerem o papel de engajamento que precisa ser feito, fizerem o papel, exercerem o papel de participação ativa nesse processo de igualdade. Como disse o nosso Presidente em seu discurso, afinal de contas e graças a Deus, as mulheres são maioria, não é?

Não haverá óbice nenhum para que a gente não apenas consiga conquistar a meta mínima estipulada de 30% versos 70, mas que a gente consiga realmente um equilíbrio substancial de igualdade e até superação. Então, é quase um grito, é quase uma rogo ativa de preocupação de nossa casa de justiça com esse equilíbrio de tudo e de todos no substantivo igualdade. Estamos aqui a postos. Estaremos a postos, atentos ao discurso do Desembargador Carlos Gil, que trouxe números e trouxe uma espécie de advertência para aqueles que ainda teimem em não cumprir este, estas decisões e essas regras de igualdade, então, nos colocamos à disposição de todos para que, finalmente, a luta de 50 mil anos possa atingir aquilo que a carta de direitos humanos tão bem vaticinou de que todos nós somos iguais em direitos e dignidade.

Forte abraço. Sigamos!

[Aplausos].

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras do Desembargador Humberto.

Registramos e agradecemos a presença do vereador de feira nova, Túlio da Silva Barros.

[Aplausos].

Na sequência, convidamos a Presidente da autarquia do ensino superior de Limoeiro, Matilde Marques Cavalcanti para a manifestação oral.

[Aplausos]



>>[Matilde Marques Cavalcanti]: Boa noite a todos e a todas. Cumprimento a mesa no nome do excelentíssimo Juiz, Desembargador, não é, Adalberto Melo. Cumprimento as autoridades em nome do Vice-Prefeito e cumprimento também as mulheres aqui presentes em nome das nossas alunas, não é. E, para nós, é... é uma importância muito grande, não é, essa audiência vir à faca AI. Nós somos uma instituição com 50 anos, o curso pioneiro aqui na instituição foi o curso de administração, onde também é... dentro, não é, desses 50 anos, nós formamos muitos políticos, não é?

Entre vereadores, vereadoras, Prefeitos, prefeitas, não é?

Isso é uma honra muito grande, não é?

Já que estamos no agreste setentrional e nós fizemos parte, não é, também, de colocar nas cabeças das nossas alunas que direitos são iguais.

Apesar desta cota, estaca bem clara, 30%.

Mas, a última fala, ela traz uma coisa muito importante, não é, quando traz o respeito, não é, quando traz a dignidade para a mulher e a igualdade. Então, essas questões vindo para dentro de uma faculdade onde nós temos, viu, aí o percentual é inverso, 70% de mulheres e 30 de homens. Então, merece uma salva de palmas, não merece, minha gente?

[Aplausos].

Isso em todos os nossos cursos, nós temos 6 cursos aqui e todos eles, não é, o papel da mulher se faz presente de uma maneira fabulosa.

Significa, então, que nós estamos, nesses 6 cursos, onde abrangemos a educação com pedagogia, direito, né, muitas advogadas aqui na região. E a gente percebe que enfermeira é muito até... notável, não é, que ninguém fala assim: O enfermeiro. É o único curso que a gente vê que a presença da mulher é, chega a ser 90%. São poucos homens que fazem enfermagem, pelo menos aqui em nossa região. E psicologia também poucos homens procuram. Então, o que é que eu quero mostrar, principalmente a vocês, nossos alunos?

A importância de uma audiência pública em um instituição de ensino superior. Hoje nós estamos aqui marcando uma presença, não é, onde esta mesa, não é, traz todo o processo eleitoral de uma região do nosso estado, do nosso país. E isso, para a gente é de uma grandeza, viu, vocês estarem aqui, poder debater conosco, muito grande. Porque, muitas vezes, a violência faz com que é... muitas mulheres, não é, se abriguem em torno delas próprias, não é. Por quê? Porque nós não conseguimos ir além, apesar de que hoje eu estava conversando aqui com as meninas do Tribunal, e eu também coloquei pra vocês, não é? Eu digo a gente, nós mulheres temos um papel muito forte, se nós educamos, se somos educadoras, por que tanta violência contra a mulher, não é?

Por que a mulher precisa ser violentada, não é?



Por que a mulher precisa, muitas vezes, se submeter, submissa às questões diversas como também na política.

Então, esse, essa cota de gênero para nós significa sim um apelo para que a justiça aconteça, não é, não só na política mas, também, que todas nós possamos ver um horizonte onde foi trilhado desde os nossos ancestrais, não é? Aqui se falou em Deus, não é, falou em nossa senhora, padroeira de Limoeiro e a gente vê que o papel da mulher, ela é muito importante. Ela gerou vidas, ela trouxe-nos até aqui e nós precisamos resgatar. Eu falo assim em nome, não é, da autarquia de ensino superior de Limoeiro para que todas vocês aprendam, antes de tudo, a se valorizar, a respeitar. Porque a proteção está na lei, eu acho que esse caminho que vocês estão traçando em nosso estado, ele é muito importante, ele nos garante que podemos seguir em frente, podemos sim dar as mãos umas as outras e, por que não, a todos nós, independente de gênero?

Este é o meu sonho. Esse é o sonho dos Limoeiro ensZ e esse é a nossa gratidão por vocês terem vindo até aqui e nos proporcionar, no meio do ensino superior, não é, essa visita de vocês e essa grande audiência pública. Muito obrigada.

[Aplausos].

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras de Matilde Marques, convidamos para a manifestação oral a secretária da mulher de Limoeiro, Denise Ramos.

>>[Denise Ramos]: Boa noite a todos, boa noite a todas. Quero cumprimentar aqui a mesa na pessoa do Desembargador, o Presidente do TRT, Adalberto de Oliveira neto, carinhosamente, chegou aqui na nossa casa, na nossa terra amada citando os nossos padroeiros de muita gentileza, muito obrigada. Quero cumprimentar também a todos os presentes, em especial, o nosso Vice-Prefeito Zé de Nena, e também o meu colega, Secretário de planejamento, Marcelo Gomes, que é aluno da FAC AU também. Que bom, muito obrigada a todos pela presença. Quero agradecer o TRT pela iniciativa de fazer um momento como esse, uma audiência política em nosso município sobre cota de gênero, violência política de gênero e canais de denúncia.

Sabemos a importância e necessidade de dialogar com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil e quaisquer pessoas interessadas ou diretamente relacionadas ao processo eleitoral, sobretudo, para fortalecer e encorajar mulheres a participarem do processo eleitoral sem que sejam assediadas, constrangidas, humilhadas, perseguidas ou ameaçadas pela condição de ser mulher. Precisamos fortalecer--

Precisamos fortalecer essa pauta para fazer com que os nossos direitos e proteções legais se tornem cada vez mais divulgadas, de modo a inibir o crime de violência política de gênero. Sabemos que conquistamos muitos direitos até aqui, mas, é preciso que conheçamos a fundo não só os nossos direitos mas que, juntas e juntos possamos conquistar novos espaços através do diálogo por um motivo comum. Quero



colocar a secretaria de desenvolvimento social e cidadania, ao qual eu faço parte, né, junto com a Diretoria executiva da mulher, à disposição para sermos mais um agente na defesa por um processo eleitoral justo para todos e todas. Muito obrigada.

[Aplausos].

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras de Denise Ramos. Convidamos o Presidente da OAB, subseção Limoeiro, Jucelino Ferreira.

[Aplausos].

>>[Dr. Jucelino Ferreira]: Boa noite a todos, eu gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo e, em especial, ao Desembargador ouvidor do TRE, Dr. Carlos Gil, né, a presença é... dos nobres e cumprimentar toda a mesa. Dizer o seguinte, que com imensa felicidade que a OAB recebe hoje o Tribunal Regional Eleitoral nessa audiência pública onde é... tivemos vários oradores aqui hoje, né? Inclusive a representante do Ministério Público, né, que trouxe à baila o art. 320, 326 B, né? Ao qual eu tive a oportunidade de ler hoje e, de certa forma traz um... um mecanismo essencial, né, uma paridade de armas em relação à cota de gênero e que, nessa eleição, não é, como a Dra. Afirmou, será a primeira eleição em que nós teremos uma aplicabilidade da nova lei, porque ela foi sancionada em 2021 e dá uma garantia real a todas as mulheres que vão participar do pleito eleitoral. Então, a OAB ao qual participo, ele já vem implementando essas cotas de mulheres de gênero é... na composição das suas chapas. Para vocês terem uma ideia, na eleição passada é... houve uma paridade no quantitativo de mulheres que iriam compor cada chapa. E hoje, nós temos uma subseccionais, salvo engano, 8 mulheres Presidentes, né? Que dá um total aí de aproximadamente, quase 30% de mulheres eleitas. É um fator bastante significativo, né? Nós... verificamos que o sistema OAB faz uma exceção muito pertinente das mulheres no pleito eleitoral e que é... a sociedade, ela precisa entender que a mulher, ela tem que ser mais participativa é... as pessoas têm que entender que não existe diferença entre homem e mulher como bem pontuou aqui o nobre Desembargador. Então é... eu não quero me alongar, eu quero mais uma vez enaltecer, inclusive, aos membros aqui do legislativo, do Poder Executivo, estarem participando dessa audiência pública, né?

É... aos... Limoeiro ensZ e... e cidades circunvizinhas é... por terem demonstrado esse... esse afeto de participar hoje dessa audiência pública e nós vemos que é... o público, ele... ele na, na minha modesta, meu modesto modo de ver, se interessou acerca do assunto. Então, assim, eu diria que hoje, o que foi pautado aqui na mesa, a gente pode fazer uma analogia à teoria tridimensional de direito: Fato, valor e norma, ela está bem pertinente na fala de todos que aqui tiveram hoje. A sociedade, ela, ela carece de um fato, né? Quando existe um fato, esse fato, ele se transforma numa norma, por quê?



Porque a sociedade, ela impõe esse fato novo e esse é o fato novo, qual é o fato novo? A mulher ser mais participativa e além de ser participativa ela estar protegida pela lei. Então, que nós tenhamos um pleito eleitoral que possam ser eleitas diversas e várias mulheres porque nós temos mulheres no nosso município que podem ter uma representatividade junto à Câmara Legislativa. Então, é... isso aqui vocês têm que ser multiplicadores dessa palestra de hoje, dessa audiência pública de hoje à noite. Vocês têm que serem multiplicadores do que vocês estão ouvindo aqui hoje. Porque, isso é de fundamental importância para uma sociedade. Vocês são pessoas hoje multiplicadoras. Eu digo sempre o seguinte: Quando eu vou participar de alguma palestra, se eu absorver 1% pra mim já está de bom tamanho. Eu acredito que hoje aqui eu absorvi mais de 1% e vou levar como fator multiplicador para todas as mulheres as quais eu tiver a oportunidade de conversar e debater e contribuir para essas eleições que vão ocorrer agora no ano de 2024.

Não vou me alongar mais.

Eu peço, eu agradeço a todos e devolvo a palavra à mestre de cerimônia. Ok? Obrigado a todos!

[Aplausos]

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras do Jucelino Ferreira.

E, na sequência, fará uso da palavra, o ouvidor regional eleitoral, Dr. Carlos Gil filho.

>>[Des. Carlos Gil Rodrigues Filho]: Eu gostaria de fazer dois registros, o primeiro que nós ficamos muito felizes em aproximar o Tribunal da população e da classe política e que todas as falas serão incluídas no relatório da audiência que será publicado no prazo do edital.

É chegada, então, a hora mais importante, que é agradecer, agradecer ao Presidente Adalberto de Oliveira Melo, que nos dá totais condições para promover o tema, ao Desembargador Cândido Saraiva, Vice-Presidente e corregedor do TRE; ao Desembargador Humberto Vasconcelos, a Dra. Lizandra Carvalho, ouvidora do Ministério Público, que com entusiasmo participa de cada audiência pública; agradecer ao doutor Jucelino Ferreira, Presidente da OAB de Limoeiro, muito obrigado por todo o apoio, doutor Juscelino. Agradecer ao Dr. Ailton Gonçalves, Juiz eleitoral de bom jardim João Alfredo. Agradecer a Matilde Cavalcanti, Presidente daqui da facção essa bela autarquia por nos receber tão bem em suas dependências. A Denise Ramos, secretária da mulher de Limoeiro, a Zélia Maria Barbosa Marques, vereadora de Limoeiro.

Zé de Nena, Vice-Prefeito de Limoeiro. Agradecer também a Túlio da Silva Barros, vereador de feira nova, Marcos Sérgio Barbosa Silva, vereador daqui de Limoeiro. A Lino Santiago, representante da Câmara de vereadores de João Alfredo. Amauri da Silva França, vereador de feira nova.



José Zózimo de Albuquerque Oliveira, vereador de Limoeiro.
Cristiane da Silva Barbosa, Presidente do PT daqui. José Barbosa do rego neto, Vice-Prefeito, já referenciado e Célio de Andrade Borges, Secretário do desenvolvimento econômico, representando o Prefeito de belo jardim.
De bom jardim. Obrigado pela correção.
Então, agradecer aos partidos políticos cuja presença e ausência serão anotadas em livro próprio.
Agradecer aos servidores do TRE, hoje, agradeço em nome dessa figura maravilhosa, Gustavo Cardim, aqui presente. Ele que é o assessor chefe da presidência do TRE.
Agradecer as Senhoras e aos senhores. Eu indago se alguém quer mais fazer uso da palavra.
Surgiu, surgiu aqui no... no apagar das luzes, a senhora Cristiane Barbosa, a quem eu peço ao cerimonial para passar a palavra. Ela quer... ela que é Presidente do diretório municipal do PT, também já referenciada.
[Aplausos].

[Cristiane Barbosa]: Boa noite a todos e a todas. Em nome da mesa eu quero cumprimentá-los a todos que sejam bem-vindos à nossa terra. E vou fazer apenas uma declaração breve. Sinto falta desse espaço de termos mais mulheres, não só na nossa mesa, mas também no nosso auditório.

Na nossa sociedade, principalmente, da sociedade civil, né, das periferias. Em mais de 90 anos de conquistas do voto feminino é... eu sou jovem, eu tenho 36 anos, sou da área rural de Limoeiro, conhecido como sítio boi seco, sou militante dos movimentos sociais há 19 há 20 anos e, nos últimos 10 anos, eu relato por experiência própria, a violência dos últimos 10 anos nas eleições sejam municipais, estaduais e da união. E é preocupante, mas, ao mesmo tempo, registrar esse momento é muito importante, né, que chegar à nossa cidade. Limoeiro é referência não só na política mas em outros campos também, a gente poder, numa segunda-feira, o auditório cheio de alunos, que aqui a gente tem é... várias turmas, seja pedagogia, ciências contábeis, e entender que esse espaço, ele é coletivo e ele precisa ter mais vozes, né?

A gente sempre costuma dizer que para debater sobre violência de gênero, sobre as mulheres, a gente precisa que as mulheres venham. Mas também é assustador quando a gente vai discutir. Quando a gente está no embate porta a porta. Quando a gente está dialogando sobre muitos debates que ainda são tabus ou não, porque tem muita gente que prefere que isso fique dessa forma. Porque, aí, a pirâmide, ela sempre vai continuar como está.

Então, assim, falar desse momento, sexta-feira é uma data histórica também, dia 8 de março, para nós mulheres. E dizer que Limoeiro também é maioria dos votos femininos, somos a maioria, mas, ainda, há pouca participação.

Por quê?



Os canais ainda, né, de divulgação é... desses encontros que a gente sempre vem, ainda demora a chegar nas comunidades. E eu lembro que uma das falas, o participante aqui, a sua oratória, é preciso que a mulher participe. Mas, ainda somos coagidas, somos intimidadas de uma violência muito extrema. Eu não vou estar aqui dizendo qual e como são, mas, a gente que está na política é... eu acho mais ainda, o movimento estudantil, sejam sociais, sabem bem como é essa violência, como ela é latente, como é que ela chega. E, às vezes, ela nem é o toque é como olha, como insinua e a gente se intimida. Na última eleição municipal, sinceramente teve dias que eu cheguei: Benção mãe. Estou indo!

Sabe?

Porque eu acredito nas políticas públicas, eu acredito nas pessoas, eu ainda acredito que o nosso país é... da América Latina é muito latente em sua democracia e isso me emociona, é o que me deixa ir para a rua com segurança, Ministério Público, nas delegacias, nos Cartórios, nas pessoas que estão à frente.

Então, minhas breves palavras é dizer: Mulheres, passamos 90 anos para poder termos o direito ao voto, estamos diariamente numa luta desse protagonismo que a gente diz ser mas a agenda sabe que temos muito ainda porque a violência, às vezes, está dentro da nossa casa. A secretaria municipal da mulher é... faz um excelente trabalho de divulgação, preventiva, de ação, e outros organismos, mas precisamos sim debater sobre isso. Quando a gente faz um convite a uma reunião, e eu vou tão empolgada, e a gente monta e vem 3, mas veio 3. Na próxima vez vão vim 4. Mas, ainda é muito pouco. O interesse sobre a política. E ninguém quer tomar o espaço de ninguém, né? A política de gênero, ela vem para trazer esse espaço que é conquistado por nós mesmos, né? Temos um papel muito importante na sociedade. Parabenizar a toda a mesa, as falas foram pertinentes, eu fiz anotações de cada um aqui. E dizer o seguinte, temos um ano que ele precisa da participação de todas e de todos porque os homens também precisam dar as mãos. Quando a gente diz assim: Eu estou contigo, é dizer: Vá, eu te levo de moto porque naquela comunidade é distante e possa ser que aconteça algo.

Né?

Eu estou contigo, eu fico com os meninos enquanto você vai para a reunião.

Quando a gente fala desse sentimento de coletividade, da família, é tudo isso que a gente vai conseguir construir uma sociedade mais igualitária. O que a nossa constituição diz, o que os direitos humanos diz, não é balela, a gente precisa tomar esses espaços e não é de braço é de diálogo. Temos a maior escolaridade, é tanto que a Presidenta da faculdade falou bem aqui, a maioria são mulheres que estão no ensino superior, nos mestrados, na ciência. E a gente precisa ocupar também na política, né?

Então, fica aqui o meu agradecimento pelo espaço de fala. Espero que nesse ano a gente tenhamos uma eleição muito mais tranquila com os canais mais presentes e,



com certeza, através do cartório eleitoral, né, que agora a zona 24, divulguem mais através de carro de sons, dentro das periferias, dentro da área rural porque é necessário dialogar porque muita gente ainda nem sabe qual é o prazo final de emissão de título, não sabe se... se o documento necessário de fato fez ou não a biometria. Ainda falta a informação.

A globalização, a tecnologia, ela avançou na pandemia 10 anos luz, mas, se você chegar hoje à noite numa periferia por falta talvez de outros investimentos, ainda vai faltar informação e essa falta de informação, ela gera um compilado de pessoas que vão permanecer ali. E tem muita gente que prefere que elas fiquem assim.

Então informação é conhecimento. Fica aqui o meu agradecimento a todos. Uma boa noite!

E... que tenhamos bons frutos nesse pleito eleitoral. Assim cresce eu, nossos filhos, nossa sociedade, de modo coletivo e com união.

[Aplausos].

>>[Des. Carlos Gil Rodrigues Filho]: Eu peço a gentileza de veicular um pequeno vídeo...

>> Na prática a participação, no tratamento, na representatividade.

>> Eu vou criar 10 novas escolas...

>> Que tal ir para o salão antes, está precisando, hein?

>> Homem: Vou criar novas 10 escolas.

>> Uau, incrível, e como você vai por isso em prática?

>> Nova e muito bonitinha, não tem perfil para ser política.

>> Novo e muito bem apresentado, esse vai se dar bem na política.

>> Mulher: Como eu já tinha apresentado essa política pública vai fazer a diferença.

[Silêncio].

>> Como eu já disse, essa política pública vai ser diferencial.

>> Genial!

Ele tem ideias inéditas!

>> Homem: Bota essa para cumprir cota de gênero depois vê o que faz.

>> Homem: Nossa missão é eleger esse cara aí.

>> Mulher: Sua desgraçada você deu sumo voto assim na assembleia vou atrás de você.



STN - Serviços de Estenotipia Ltda
stn@stncaption.com.br
Tel. (11) 4425-3744

www.stncaption.com.br

>> Homem: Queridíssimo Deputado, gostaria de pedir que considerasse o seu voto na assembleia, por favor.

Agradeço desde já.

>>[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Nada mais havendo a tratar fica a saudade e eu declaro, então, encerrada a audiência pública sob o tema cota de gênero, violência política de gênero e canais de denúncia. Muito obrigado.

[Aplausos].